

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	11
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 30/06/2013	12
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	13

DFs Consolidadas

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	15
--	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.896.785
Preferenciais	0
Total	2.896.785
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		0,26000
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2014	Dividendo	30/06/2014	Ordinária		0,27000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013
1	Ativo Total	12.364.692	10.475.039
1.01	Ativo Circulante	2.376.052	2.713.602
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	867.549	1.107.174
1.01.02	Aplicações Financeiras	289.153	531.993
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	242.572	352.785
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	242.572	352.785
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	46.581	179.208
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	46.581	179.208
1.01.03	Contas a Receber	1.060.057	745.753
1.01.03.01	Clientes	1.060.057	745.753
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	986.043	673.833
1.01.03.01.02	Concessionários Transporte de energia	31.397	29.303
1.01.03.01.03	Revendedores - Transporte Energia Livre	42.617	42.617
1.01.04	Estoques	5.150	5.574
1.01.06	Tributos a Recuperar	65.991	251.435
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	65.991	251.435
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	47.596	183.549
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	18.395	67.886
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	88.152	71.673
1.01.08.03	Outros	88.152	71.673
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	6.589	9.985
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	4.582	2.254
1.01.08.03.20	Outros Créditos	76.981	59.434
1.02	Ativo Não Circulante	9.988.640	7.761.437
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.159.913	1.051.148
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.251	49.613
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.251	49.613
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4.689	15.849
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	4.689	15.849
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.144.973	985.686
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	172.700	159.673
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	51.738	40.152
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	871.963	776.881
1.02.01.09.20	Outros Créditos	48.572	8.980
1.02.02	Investimentos	3.759.454	1.519.321
1.02.02.01	Participações Societárias	3.759.454	1.519.321
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.759.454	1.519.321
1.02.03	Imobilizado	5.017.301	5.137.692
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.799.364	4.929.532
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	217.937	208.160
1.02.04	Intangível	51.972	53.276
1.02.04.01	Intangíveis	51.972	53.276
1.02.04.01.02	Intangível	51.972	53.276

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013
2	Passivo Total	12.364.692	10.475.039
2.01	Passivo Circulante	3.413.058	2.520.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.970	42.668
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.970	42.668
2.01.02	Fornecedores	247.160	214.240
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	247.160	214.240
2.01.03	Obrigações Fiscais	77.671	84.552
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.033	45.096
2.01.03.01.02	PASEP	4.309	6.427
2.01.03.01.03	COFINS	19.846	29.613
2.01.03.01.04	INSS	3.467	4.365
2.01.03.01.05	Outros	5.411	4.691
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	44.027	38.441
2.01.03.02.01	ICMS	44.027	38.441
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	611	1.015
2.01.03.03.01	ISSQN	611	1.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.448.008	1.085.964
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.857.831	455.244
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.857.831	455.244
2.01.04.02	Debêntures	590.177	630.720
2.01.05	Outras Obrigações	600.249	1.093.315
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	22.829	29.968
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	22.829	29.968
2.01.05.02	Outros	577.420	1.063.347
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	385.302	905.687
2.01.05.02.04	Encargos Regularórios	69.993	25.177
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	33.259	31.295
2.01.05.02.06	Participações nos Lucros	32.897	32.049
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	35.674	49.605
2.01.05.02.08	Concessões a pagar	20.295	19.534
2.02	Passivo Não Circulante	4.172.765	4.139.283
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.073.845	3.006.842
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.026.945	1.019.832
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.017.111	1.019.832
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.834	0
2.02.01.02	Debêntures	2.046.900	1.987.010
2.02.02	Outras Obrigações	826.928	849.049
2.02.02.02	Outros	826.928	849.049
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	101.233
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	39.098	77.262
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	537.872	523.948
2.02.02.02.08	Concessões a Pagar	148.074	145.490
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	651	1.116
2.02.03	Tributos Diferidos	208.442	226.768
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	208.442	226.768
2.02.04	Provisões	63.550	56.624

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/12/2013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.522	55.764
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.613	13.180
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23.376	21.047
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	20
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	11	2
2.02.04.01.06	Provisões Outras	23.522	21.515
2.02.04.02	Outras Provisões	28	860
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	28	860
2.03	Patrimônio Líquido	4.778.869	3.815.017
2.03.01	Capital Social Realizado	1.700.000	893.192
2.03.04	Reservas de Lucros	730.898	2.384.711
2.03.04.01	Reserva Legal	0	419.871
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	1.917.835
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	47.005
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.835.864	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	512.107	537.114

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.066.932	4.530.266	1.089.661	2.476.132
3.01.01	Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	2.153.766	4.771.491	1.248.930	2.750.431
3.01.02	Receita de Indenização da Transmissão	63.315	63.315	0	0
3.01.03	Receita de concessão de Transmissão	151.489	327.679	117.159	231.503
3.01.04	Receita de Infra-estrutura	23.543	37.092	25.940	43.578
3.01.06	Outras receitas operacionais	5.485	11.695	5.984	10.704
3.01.07	Impostos e Encargos incidentes sobre receitas acima	-330.666	-681.006	-308.352	-560.084
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-787.839	-1.464.882	-602.527	-1.138.385
3.02.01	Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-88.155	-125.633	-8.775	-51.717
3.02.03	Pessoal e Administradores	-58.708	-120.661	-50.322	-102.454
3.02.05	Materiais	-2.611	-5.517	-923	-2.245
3.02.06	Serviços de Terceiros	-24.306	-56.499	-21.472	-38.867
3.02.07	Depreciação e Amortização	-78.509	-138.226	-71.530	-143.733
3.02.09	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-27.242	-66.774	-27.398	-59.863
3.02.10	Custo de Construção	-23.543	-37.092	-25.940	-43.579
3.02.17	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-66.176	-131.123	-62.329	-125.159
3.02.18	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-411.091	-766.790	-299.112	-528.892
3.02.19	Reversões (Provisões) Operacionais	-4.663	-7.621	-2.179	-7.926
3.02.20	Outros Custos de Operação	-2.835	-8.946	-32.547	-33.950
3.03	Resultado Bruto	1.279.093	3.065.384	487.134	1.337.747
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.827	-134.434	-102.897	-129.967
3.04.01	Despesas com Vendas	-652	-652	-1.322	-1.003
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-40.572	-58.317	-46.225	-119.296
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-35.738	-67.649	-93.722	-126.118
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.865	-7.816	38.372	116.450
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.193.266	2.930.950	384.237	1.207.780
3.06	Resultado Financeiro	-95.042	-193.151	-97.320	-210.570
3.06.01	Receitas Financeiras	30.322	82.812	28.635	46.381

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.06.02	Despesas Financeiras	-125.364	-275.963	-125.955	-256.951
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.098.224	2.737.799	286.917	997.210
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-371.112	-926.942	-94.276	-307.820
3.08.01	Corrente	-379.121	-945.268	-105.974	-338.616
3.08.02	Diferido	8.009	18.326	11.698	30.796
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	727.112	1.810.857	192.641	689.390
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	727.112	1.810.857	192.641	689.390
3.99.01.01	ON	0,251	0,6251	0,0665	0,238
3.99.02.01	ON	0,251	0,6251	0,0665	0,238

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	727.112	1.810.857	192.641	689.390
4.03	Resultado Abrangente do Período	727.112	1.810.857	192.641	689.390

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.715.294	1.247.530
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.111.836	1.376.143
6.01.01.01	Resultado do Período	1.810.857	689.390
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	139.729	144.538
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	7.816	-116.450
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	242.500	214.394
6.01.01.05	Impostos Federais	926.942	307.818
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	-55.042	8.928
6.01.01.07	Obrigações Pós-Emprego	37.201	31.156
6.01.01.08	Outros	0	1.962
6.01.01.09	Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	1.833	327
6.01.01.10	Perdas na Alienação de Investimentos	0	94.080
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-242.731	424.115
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-312.862	-85.534
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	124.367	-4.949
6.01.02.03	Transporte de Energia	-2.094	40.885
6.01.02.04	Depósito Judiciais	-13.027	-4.405
6.01.02.05	Dividendos Recebidos	8.351	185.542
6.01.02.06	Ativo Financeiro da Concessão	2.106	286.811
6.01.02.07	Fornecedores	32.920	-40.480
6.01.02.08	Tributos e Contribuição Social	-6.881	-7.488
6.01.02.09	Salários e Contribuições Sociais	-2.698	-6.009
6.01.02.10	Encargos Regulatórios	6.652	44.206
6.01.02.12	Obrigações Pós-Emprego	-21.313	-19.638
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	49.491	19.523
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social - Passivo	-44.055	-35.464
6.01.02.15	Participações nos Lucros	848	8.700
6.01.02.20	Outros	-64.536	42.415
6.01.03	Outros	-1.153.811	-552.728
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-901.213	-303.152
6.01.03.02	Juros Pagos	-252.598	-249.576
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.026.674	-577.384
6.02.01	Em Investimentos	-92.467	-232.337
6.02.02	No Imobilizado	-16.555	-11.931
6.02.03	No ativo Financeiro	-37.092	-43.579
6.02.04	No Intangível	-2.421	-13.075
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	282.202	-347.891
6.02.06	Ganhos na Alienação de Investimentos	0	71.429
6.02.07	Aquisição de Investimentos	-2.160.341	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	71.755	-664.506
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-479.624	-521.505
6.03.02	Juros e Capital Próprio e Dividendos	-1.367.390	-143.001
6.03.03	Financiamentos Obtidos	1.918.769	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-239.625	5.640
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.107.174	509.151

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	867.549	514.791

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.296.785	0	1.418.845	744.069	535.739	5.995.438
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	-2.403.593	0	965.866	-744.069	1.375	-2.180.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	893.192	0	2.384.711	0	537.114	3.815.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	806.808	0	-1.653.813	0	0	-847.005
5.04.01	Aumentos de Capital	806.808	0	-806.808	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-847.005	0	0	-847.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.835.864	-25.007	1.810.857
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.810.857	0	1.810.857
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	25.007	-25.007	0
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	25.007	-25.007	0
5.07	Saldos Finais	1.700.000	0	730.898	1.835.864	512.107	4.778.869

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.296.785	0	1.418.845	0	690.776	5.406.406
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-100.358	-100.358
5.02.01	Efeito de adoção de nova prática contábil	0	0	0	0	-100.358	-100.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.296.785	0	1.418.845	0	590.418	5.306.048
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	689.390	0	689.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	689.390	0	689.390
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	54.679	-54.679	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	54.679	-54.679	0
5.07	Saldos Finais	3.296.785	0	1.418.845	744.069	535.739	5.995.438

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	5.227.266	3.120.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.110.864	2.992.638
7.01.02	Outras Receitas	79.962	85.339
7.01.02.01	Receita em Imobilizado	16.647	13.910
7.01.02.02	Receita na Alienação de Investimentos	0	71.429
7.01.02.03	Receita de Indenização de Transmissão	63.315	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.092	43.578
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-652	-1.003
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.227.810	-1.068.024
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-951.265	-702.491
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-254.181	-173.118
7.02.04	Outros	-22.364	-192.415
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-11.097	-15.864
7.02.04.03	Custos na Alienação de Investimentos	0	-165.509
7.02.04.04	Concessão Onerosa	-11.267	-11.042
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.999.456	2.052.528
7.04	Retenções	-139.729	-144.538
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-139.729	-144.538
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.859.727	1.907.990
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	74.996	162.831
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.816	116.450
7.06.02	Receitas Financeiras	82.812	46.381
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.934.723	2.070.821
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.934.723	2.070.821
7.08.01	Pessoal	179.658	203.534
7.08.01.01	Remuneração Direta	120.790	121.865
7.08.01.02	Benefícios	50.670	44.410
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.150	7.359
7.08.01.04	Outros	48	29.900
7.08.01.04.01	Programas de Desligamento de Empregos	48	29.900
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.659.111	911.931
7.08.02.01	Federais	1.407.396	690.427
7.08.02.02	Estaduais	250.555	221.146
7.08.02.03	Municipais	1.160	358
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	285.097	265.966
7.08.03.01	Juros	275.963	256.951
7.08.03.02	Aluguéis	9.134	9.015
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.810.857	689.390
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.810.857	689.390

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
----------------------------	---------------------------	---	--

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
----------------------------	---------------------------	---	--

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

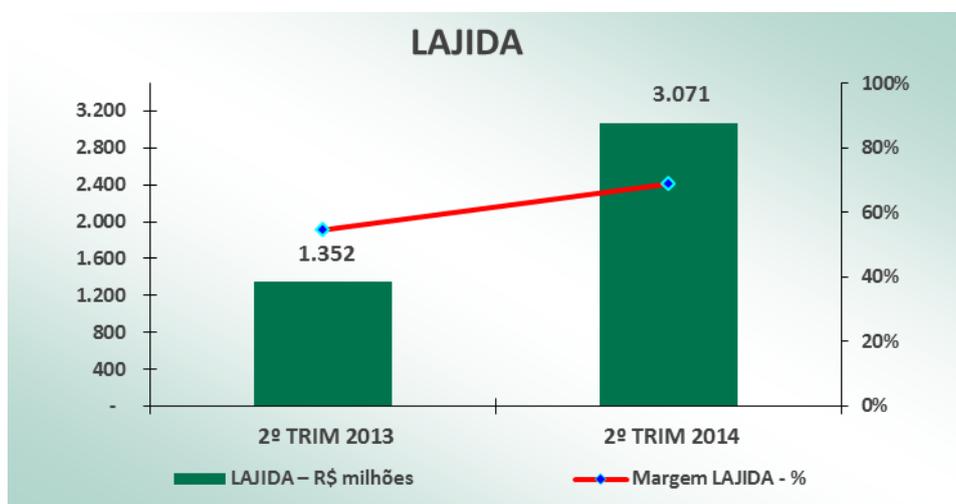
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2014, um resultado de R\$1.810.857, em comparação ao resultado de R\$689.390 no mesmo período de 2013, um aumento de 162,68%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro semestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2014	30/06/2013	Var %
Resultado do Período	1.810.857	689.390	162,68
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	926.942	307.820	201,13
+ Resultado Financeiro Líquido	193.151	210.570	(8,27)
+ Amortização e Depreciação	139.729	144.538	(3,33)
= LAJIDA	3.070.679	1.352.318	127,07



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro semestre de 2014, em comparação ao mesmo período de 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 82,96% verificado na receita líquida compensado, parcialmente, pelo aumento de 17,05% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 54,62% para 67,79%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Industrial	10.148.832	8.774.507	1.535.221	1.227.335	151,27	139,88
Comercial	161.653	151.811	36.600	32.231	226,41	212,31
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	103.370	(45.717)	-	-
	10.310.485	8.926.318	1.675.191	1.213.849	162,47	135,99
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	7.135.241	7.868.075	879.064	901.135	123,20	114,53
	17.445.726	16.794.393	2.554.255	2.114.984	146,41	125,93

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$2.554.255 no primeiro semestre de 2014 em comparação a R\$2.114.984 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 20,77%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 3,88% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento de 16,26% no preço médio/MWh praticado.

Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

A receita de transmissão foi de R\$327.679 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$231.503 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 41,54% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$136.821 em 2014 e R\$112.935 em 2013;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$190.858 no primeiro semestre de 2014 comparados com R\$118.568 no mesmo período de 2013, representando uma variação de 60,97% decorrente, do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos e aumento da sazonalização da energia dos contratos de clientes livres.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.217.236 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$635.447 no mesmo período de 2013, um aumento de 248,93%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 149,07% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$717,93/MWh em 2014 e R\$288,24/MWh em 2013).

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$681.006 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$560.084 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 21,59%. Este aumento é decorrente basicamente do crescimento da receita em 2014, considerando que a maior parte dos impostos representa um percentual sobre a receita auferida.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.591.500 no primeiro semestre de 2014 em comparação com R\$1.384.802 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 14,93%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nos custos e despesas operacionais, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$766.790 no primeiro semestre de 2014 em comparação com R\$528.892 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 44,98%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 38,62% no volume de energia comprada no ambiente livre em 2014 (4.793.679 MWh) comparado com 2013 (3.458.096 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado, em menor parte, ao maior custo de aquisição tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Perdas na Alienação da TBE

No primeiro semestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$147.403 no primeiro semestre de 2014 em comparação com R\$175.061 no mesmo período de 2013, representando um decréscimo de 15,80%. Essa variação decorre basicamente dos custos registrados no ano anterior, no montante de R\$29.900, referentes ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia na época.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi de R\$125.633 no primeiro semestre de 2014 em comparação com R\$51.717 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 142,92%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de uma maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$551.674 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$535.052 no mesmo período de 2013, apresentando aumento de 3,11%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$193.151 no primeiro semestre de 2014 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$210.570 no mesmo período de 2013, uma redução de 8,27%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento na receita de aplicações financeiras: R\$65.605 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$37.091 no mesmo 2013, apresentando aumento de 76,88%. O maior impacto se verificou em decorrência basicamente do maior volume de recursos aplicados em 2014;
- aumento na receita de acréscimos moratórios na conta de energia: R\$7.001 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$2.496 no mesmo período e 2013 decorrente, representando aumento de 180,49% decorrente, principalmente, do recebimento de multa contratual em função da rescisão unilateral, por alguns clientes, do contrato de fornecimento de energia;
- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$174.927 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$144.316 no mesmo período de 2013, representando aumento de 21,21% decorrente, principalmente, da maior variação do CDI em 2014;
- aumento no resultado líquido de ajuste a valor presente: receita de R\$1.086 no primeiro semestre de 2014 comparados a despesa de R\$4.024 mesmo período de 2013, representando aumento bruto de R\$5.110 decorrente, principalmente, da maior variação do IGPM no atual período (2,45% em 2014 na comparação com 1,74% em 2013).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro semestre de 2014, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$926.942 em relação ao Resultado de R\$2.737.799 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,86%. No mesmo período de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$307.820 em relação ao Resultado de R\$997.210 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 30,87%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2014 E 2013

	Nota	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RECEITA	21	2.066.932	1.089.661
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(411.091)	(299.112)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(66.176)	(62.329)
		<u>(477.267)</u>	<u>(361.441)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(58.708)	(50.322)
Materiais		(2.611)	(923)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(88.155)	(8.775)
Serviços de Terceiros		(24.306)	(21.472)
Depreciação e Amortização		(78.509)	(71.530)
Provisões (Reversões) Operacionais		(4.663)	(2.179)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(27.242)	(27.398)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(23.543)	(25.940)
Outros custos de operação		(2.835)	(32.547)
		<u>(310.572)</u>	<u>(241.086)</u>
CUSTO TOTAL		(787.839)	(602.527)
LUCRO BRUTO		1.279.093	487.134
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(652)	(1.322)
Despesas Gerais e Administrativas		(40.572)	(46.225)
Outras Despesas Operacionais		(35.738)	(93.722)
		<u>(76.962)</u>	<u>(141.269)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(8.865)	38.372
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.193.266	384.237
Receitas Financeiras	23	30.322	28.635
Despesas Financeiras	23	(125.364)	(125.955)
Resultado antes dos Impostos		1.098.224	286.917
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(379.121)	(105.974)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	8.009	11.698
RESULTADO DO EXERCÍCIO		727.112	192.641
Lucro Básico por ação ordinária		0,2510	0,0665
Lucro Diluído por ação ordinária		0,2510	0,0665

Resultado do Trimestre

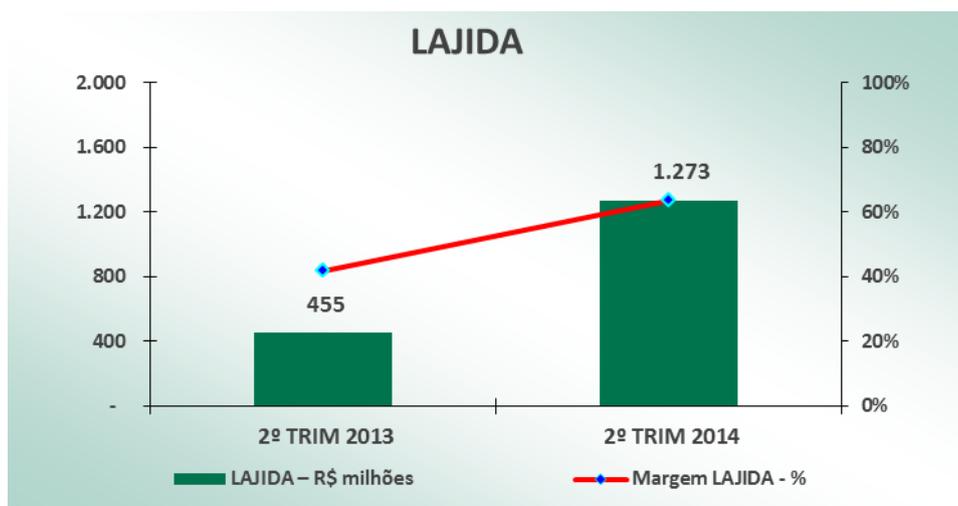
A Companhia apresentou, no segundo trimestre de 2014, um resultado líquido de R\$727.112 em comparação ao resultado líquido de R\$192.641 no segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 277,44% decorrente, principalmente, do aumento de 89,69% na receita líquida.

Vide comentários adicionais na sequência deste Relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou queda no segundo trimestre de 2014 em comparação com o segundo trimestre de 2013, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Abr a jun/14	Abr a jun/13	Var %
Resultado do Período	727.112	192.641	277,44
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	371.112	94.276	293,64
+ Resultado Financeiro Líquido	95.042	97.320	(2,34)
+ Amortização e Depreciação	80.008	71.167	12,42
= LAJIDA	1.273.274	455.404	179,59



O aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2014, em comparação ao segundo trimestre de 2013, deve-se, principalmente, crescimento de 89,69% verificado na receita líquida compensado, parcialmente, pelo aumento de 16,68% verificado nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 41,78% para 61,60%.

Composição da Receita

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.244.342	1.066.520
Receita de Concessão – com impostos (b)	151.489	117.159
Receita de Construção (c)	23.543	25.940
Receita de Indenização da Transmissão (b)	63.315	-
Transações com energia na CCEE	909.424	182.410
Outras receitas operacionais	5.485	5.984
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (d)	(330.666)	(308.352)
	2.066.932	1.089.661

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Industrial	5.260.970	4.437.693	806.951	622.294	153,38	140,23
Comercial	81.921	74.957	18.691	16.003	228,16	213,50
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(1.032)	(14.396)	-	-
	5.342.891	4.512.650	824.610	623.901	154,34	138,26
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.245.645	3.863.103	419.732	442.619	129,32	114,58
	8.588.536	8.375.753	1.244.342	1.066.520	144,88	127,33

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

No segundo trimestre de 2014, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica apresentou crescimento de 16,67% em comparação com o segundo trimestre de 2013. Este aumento decorre, principalmente, da variação de 13,78% do preço médio/MWh praticado somado ao crescimento de 2,54% na quantidade de energia fornecida.

(b) Receita de Concessão e Receita de Indenização

A receita de transmissão foi de R\$151.489 no segundo trimestre de 2014 comparados a R\$117.159 no mesmo período de 2013, apresentando um aumento de 29,30% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$67.553 em 2014 e R\$63.887 em 2013;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$83.936 no primeiro semestre de 2014 comparados com R\$53.272 no mesmo período de 2013, representando uma variação de 57,56% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos e aumento da sazonalização da energia dos contratos de clientes livres.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando à adesão à Lei 12.783/13.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$909.424 no segundo trimestre de 2014 comparados a R\$182.410 no mesmo período de 2013, um aumento de 398,56%. Esta variação decorre de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado à alta de 172,25% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$682,20/MWh no segundo trimestre de 2014 e R\$250,58/MWh no segundo trimestre de 2013).

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Tributos sobre a Receita		
ICMS	130.362	116.510
COFINS	131.962	93.834
PIS-PASEP	28.637	20.370
ISSQN	274	156
	291.235	230.870
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	9.886	58.663
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	9.733	8.356
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.925	4.185
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	7.925	4.185
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.962	2.093
	39.431	77.482
	330.666	308.352

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

O encargo referente à RGR apresentou uma redução de 83,15% nos períodos comparados. Esta variação decorre do fato de a Companhia ter registrado, no segundo trimestre de 2013, o valor total da provisão correspondente ao primeiro semestre de 2013 em função da conclusão de entendimento na época em relação a base de incidência do Encargo.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$864.801, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$743.796 no segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 16,27%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$411.091, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$299.112 no segundo trimestre de 2013, representando um crescimento de 37,44%. Este resultado decorre principalmente do aumento de 32,27% no volume de energia comprada, sendo 2.516.670 MWh no segundo trimestre de 2014 comparados a 1.902.684 MWh no mesmo período de 2013, combinado com a elevação do preço da energia elétrica verificada no mercado brasileiro.

Perdas na Alienação da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Esta valor decorre da baixa da totalidade do investimento mantido no grupo TBE, tendo em vista a transferência para a TAESA.

Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia

A despesa com matéria-prima e insumos para produção de energia foi de R\$88.143 no segundo trimestre de 2014 em comparação com R\$8.775 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 904,48%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Resultado Financeiro Líquido

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	27.728	22.804
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	996	620
Variação Monetária	1.493	963
Variações Cambiais	83	17
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	-	(3.348)
Outras	3.848	7.579
	34.148	28.635
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(90.115)	(73.267)
Variação Monetária – Forluz	(6.474)	(5.304)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.753)	(25.141)
Variações Cambiais	-	(9)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	224	(3.886)
Variações Monetárias	(1.637)	(1.249)
Ajuste a Valor Presente	(3.826)	(2.607)
Outras	(609)	(14.492)
	(129.190)	(125.955)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(95.042)	(97.320)

Na comparação dos valores do segundo trimestre de 2014 com o segundo trimestre de 2013, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$95.042 em 2014, comparado a uma despesa líquida de R\$97.320 em 2013, apresentando uma redução de 2,34%.

A seguir destaca-se os itens que, individualmente, apresentaram as variações mais relevantes.

- Aumento da receita de aplicações financeiras: R\$27.728 segundo trimestre de 2014 comparado a R\$22.804 no segundo trimestre de 2013 apresentando aumento de 21,59%. O maior impacto se verificou em decorrência de maior volume de recursos aplicados em 2013;
- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$90.115 no segundo trimestre de 2014 comparados a R\$73.267 no segundo trimestre de 2013, aumento de 23,00% decorrente, principalmente, da maior variação do CDI em 2014;
- Redução na despesa de variações monetárias de Concessão Onerosa: efeito credor de R\$224 no segundo trimestre de 2014 comparados a R\$3.886 no segundo trimestre de 2013, representando redução de 105,76% decorrente, principalmente da queda do IGPM (-0,10 % no segundo trimestre de 2014 contra 0,90% no segundo trimestre de 2013).



Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no segundo trimestre de 2014, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$371.112 em relação ao lucro de R\$1.098.224 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,79%. No segundo trimestre de 2013, a Companhia apurou despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$94.276 em relação ao lucro de R\$286.917 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 32,86%.



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	16
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	19
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
11. INVESTIMENTOS.....	21
12. IMOBILIZADO	25
13. INTANGÍVEIS.....	29
14. FORNECEDORES	30
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	30
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	31
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	34
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	34
19. PROVISÕES	34
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
21. RECEITA	39
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	41
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	44
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	45
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	46
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	53
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	55

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	867.549	1.107.174
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	289.153	531.993
Consumidores e Revendedores	05	986.043	673.833
Concessionários - Transporte de Energia		31.397	29.303
Ativo Financeiro da Concessão	10	4.582	2.254
Tributos Compensáveis	06	47.596	183.549
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	07	18.395	67.886
Revendedores - Transações com Energia Livre		42.617	42.617
Dividendos a Receber		6.589	9.985
Estoques		5.150	5.574
Outros Créditos		76.981	59.434
TOTAL DO CIRCULANTE		2.376.052	2.713.602
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	04	10.251	49.613
Tributos Compensáveis	06	51.738	40.152
Depósitos Vinculados a Litígios	09	172.700	159.673
Transações com Partes Relacionadas		4.689	15.849
Outros Créditos		48.572	8.980
Ativo Financeiro da Concessão	10	871.963	776.881
Investimentos	11	3.759.454	1.519.321
Imobilizado	12	5.017.301	5.137.692
Intangíveis	13	51.972	53.276
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.988.640	7.761.437
TOTAL DO ATIVO		12.364.692	10.475.039

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.857.831	455.244
Debêntures	16	590.177	630.720
Fornecedores	14	247.160	214.240
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	77.671	84.552
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		385.302	905.687
Salários e Encargos Sociais		39.970	42.668
Encargos Regulatórios	17	69.993	25.177
Participações nos Lucros		32.897	32.049
Transações com Partes Relacionadas		22.829	29.968
Obrigações Pós-Emprego	18	33.259	31.295
Concessões a Pagar		20.295	19.534
Outras Obrigações		35.674	49.605
TOTAL DO CIRCULANTE		3.413.058	2.520.739
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.026.945	1.019.832
Debêntures	16	2.046.900	1.987.010
Provisões	19	63.550	56.624
Obrigações Pós-Emprego	18	537.872	523.948
Impostos, Taxas e Contribuições	15a	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	208.442	226.768
Encargos Regulatórios	17	39.098	77.262
Concessões a Pagar		148.074	145.490
Outras Obrigações		651	1.116
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.172.765	4.139.283
TOTAL DO PASSIVO		7.585.823	6.660.022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	20		
Capital Social		1.700.000	893.192
Reservas de Lucros		730.898	2.384.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial		512.107	537.114
Lucros Acumulados		1.835.864	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.778.869	3.815.017
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.364.692	10.475.039

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
RECEITA	21	4.530.266	2.476.132
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(766.790)	(528.892)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(131.123)	(125.159)
		<u>(897.913)</u>	<u>(654.051)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(120.661)	(102.454)
Materiais		(5.517)	(2.245)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(125.633)	(51.717)
Serviços de Terceiros		(56.499)	(38.867)
Depreciação e Amortização		(138.226)	(143.733)
Provisões (Reversões) Operacionais		(7.621)	(7.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(66.774)	(59.863)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(37.092)	(43.579)
Outros custos de operação		(8.946)	(33.950)
		<u>(566.969)</u>	<u>(484.334)</u>
CUSTO TOTAL		(1.464.882)	(1.138.385)
LUCRO BRUTO		3.065.384	1.337.747
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(652)	(1.003)
Despesas Gerais e Administrativas		(58.317)	(119.296)
Outras Despesas Operacionais		(67.649)	(126.118)
		<u>(126.618)</u>	<u>(246.417)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(7.816)	116.450
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.930.950	1.207.780
Receitas Financeiras	23	82.812	46.381
Despesas Financeiras	23	(275.963)	(256.951)
Resultado antes dos Impostos		2.737.799	997.210
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(945.268)	(338.616)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	18.326	30.796
RESULTADO DO PERÍODO		1.810.857	689.390
Lucro Básico por ação ordinária		0,6251	0,2380
Lucro Diluído por ação ordinária		0,6251	0,2380

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RECEITA	21	2.066.932	1.089.661
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(411.091)	(299.112)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(66.176)	(62.329)
		<u>(477.267)</u>	<u>(361.441)</u>
OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS	22		
Pessoal e Administradores		(58.708)	(50.322)
Materiais		(2.611)	(923)
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia		(88.155)	(8.775)
Serviços de Terceiros		(24.306)	(21.472)
Depreciação e Amortização		(78.509)	(71.530)
Provisões (Reversões) Operacionais		(4.663)	(2.179)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(27.242)	(27.398)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(23.543)	(25.940)
Outros custos de operação		(2.835)	(32.547)
		<u>(310.572)</u>	<u>(241.086)</u>
CUSTO TOTAL		(787.839)	(602.527)
LUCRO BRUTO		1.279.093	487.134
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(652)	(1.322)
Despesas Gerais e Administrativas		(40.572)	(46.225)
Outras Despesas Operacionais		(35.738)	(93.722)
		<u>(76.962)</u>	<u>(141.269)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		(8.865)	38.372
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.193.266	384.237
Receitas Financeiras	23	30.322	28.635
Despesas Financeiras	23	(125.364)	(125.955)
Resultado antes dos Impostos		1.098.224	286.917
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(379.121)	(105.974)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	8.009	11.698
RESULTADO DO EXERCÍCIO		727.112	192.641
Lucro Básico por ação ordinária		0,2510	0,0665
Lucro Diluído por ação ordinária		0,2510	0,0665



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/06/2014	30/06/2013
RESULTADO DO PERÍODO	1.810.857	689.390
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.810.857</u>	<u>689.390</u>

PARA OS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RESULTADO DO PERÍODO	727.112	192.641
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>727.112</u>	<u>192.641</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do período	-	-	-	689.390	689.390
Resultado abrangente do período	-	-	-	689.390	689.390
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(54.679)	54.679	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	3.296.785	1.418.845	535.739	744.069	5.995.438
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	1.810.857	1.810.857
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.810.857	1.810.857
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Líquido de impostos)	-	-	(25.007)	25.007	-
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamento de Dividendos (R\$0,2924/ação)	-	(847.005)	-	-	(847.005)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	1.700.000	730.898	512.107	1.835.864	4.778.869

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/06/2014	30/06/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.810.857	689.390
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	139.729	144.538
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	1.833	327
Perdas na Alienação de Investimentos	-	94.080
Equivalência Patrimonial	7.816	(116.450)
Juros e Variações Monetárias	242.500	214.394
Imposto de Renda e Contribuição Social	926.942	307.818
Provisões para Perdas Operacionais	(55.042)	8.928
Obrigações Pós-Emprego	37.201	31.156
Outros	-	1.962
	3.111.836	1.376.143
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(312.862)	(85.534)
Tributos Compensáveis	124.367	(4.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	49.491	19.523
Transporte de Energia	(2.094)	40.885
Ativo Financeiro	2.106	286.811
Depósito Judiciais	(13.027)	(4.405)
Dividendos Recebidos	8.351	185.542
Outros	(45.651)	10.708
	(189.319)	448.581
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	32.920	(40.480)
Tributos e Contribuição Social	(6.881)	(7.488)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(44.055)	(35.464)
Salários e Contribuições Sociais	(2.698)	(6.009)
Encargos Regulatórios	6.652	44.206
Obrigações Pós-Emprego	(21.313)	(19.638)
Participação nos Lucros	848	8.700
Outros	(18.885)	31.707
	(53.412)	(24.466)
Caixa Gerado nas Operações	2.869.105	1.800.258
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(901.213)	(303.152)
Juros Pagos	(252.598)	(249.576)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.715.294	1.247.530
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos - Aporte	(92.467)	(232.337)
Aquisição de Investimentos	(2.160.341)	-
Ganho na Alienação de Investimentos	-	71.429
No Imobilizado	(16.555)	(11.931)
No Intangível	(2.421)	(13.075)
No Ativo Financeiro	(37.092)	(43.579)
Em Títulos e Valores Mobiliários	282.202	(347.891)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.026.674)	(577.384)

	30/06/2014	30/06/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	1.918.769	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.367.390)	(143.001)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(479.624)	(521.505)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	71.755	(664.506)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(239.625)	5.640
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.107.174	509.151
No fim do exercício	867.549	514.791
	(239.625)	5.640

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/06/2014		30/06/2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	5.110.864		2.992.638	
Receita de Construção	37.092		43.578	
Investimentos em Imobilizado	16.647		13.910	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(652)		(1.003)	
Receita na Alienação de Investimentos	-		71.429	
Receita de Indenização da Transmissão	63.315		-	
	5.227.266		3.120.552	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(812.320)		(567.394)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(138.945)		(135.097)	
Serviços de Terceiros	(88.802)		(93.448)	
Materiais	(6.694)		(27.953)	
Matéria- Prima e Insumos para Produção de Energia	(158.685)		(51.717)	
Outros Custos Operacionais:				
Custo na Alienação de Investimentos	-		(165.509)	
Concessão Onerosa	(11.267)		(11.042)	
Outros	(11.097)		(15.864)	
	(1.227.810)		(1.068.024)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.999.456		2.052.528	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(139.729)		(144.538)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.859.727		1.907.990	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.816)		116.450	
Receitas Financeiras	82.812		46.381	
	74.996		162.831	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.934.723		2.070.821	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	179.658	4,57	203.534	9,82
Remuneração direta	120.790	3,07	121.865	5,88
Benefícios	50.670	1,29	44.410	2,14
FGTS	8.150	0,21	7.359	0,36
Programas de Desligamento de Empregados	48	0,00	29.900	1,44
Impostos, Taxas e Contribuições	1.659.111	42,17	911.931	44,04
Federais	1.407.396	35,77	690.427	33,34
Estaduais	250.555	6,37	221.146	10,68
Municipais	1.160	0,03	358	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros	285.097	7,24	265.966	12,85
Juros	275.963	7,01	256.951	12,41
Aluguéis	9.134	0,23	9.015	0,44
Remuneração de Capitais Próprios	1.810.857	46,02	689.390	33,29
Lucros Acumulados	1.810.857	46,02	689.390	33,29
	3.934.723	100,00	2.070.821	100,00

10

CEMIG Geração e Transmissão S.A.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.037.006. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 11 de agosto de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2014, está relacionada a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2013	Informações Contábeis Intermediárias do 2T-2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisória n° 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais
31	Eventos Subsequentes

2.3. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	5.588	7.113
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	827.490	974.153
Overnight	34.471	125.908
	861.961	1.100.061
	867.549	1.107.174

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB e as Operações Compromissadas pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80% a 110% conforme operação).

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia, é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado.

	30/06/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	99.398	124.488
Letras Financeiras – Bancos	125.336	327.995
Letras Financeiras do Tesouro	29.402	20.888
Debêntures	39.240	94.182
Outros	6.028	14.053
	299.404	581.606
Ativo Circulante	289.153	531.993
Ativo Não Circulante	10.251	49.613

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, está apresentada na Nota Explicativa nº 25.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2014	31/12/2013
Industrial	310.011	36.086	10.960	357.057	243.286
Comércio, Serviços e Outras	4.905	-	-	4.905	4.765
Suprimento a Outras Concessionárias	106.200	23.695	2.169	132.064	223.296
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	272.036	224.963	168	497.167	206.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.150)	(5.150)	(4.498)
	693.152	284.744	8.147	986.043	673.833

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Decreto nº 8.221/2014

Em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade, além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O Decreto determina ainda que caberá à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratar as operações de crédito destinadas à cobertura dos custos extraordinários das distribuidoras provenientes de energia termoelétrica e do mercado de curto prazo, para o período de fevereiro até dezembro de 2014 e à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a

homologação, mensal, dos valores a serem pagos pela Conta-ACR à cada Concessionária de Distribuição.

Adicionalmente, determinou que deverá ser mantido na Conta-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Os valores a receber, referentes à comercialização de energia elétrica na CCEE, no valor de R\$497.167 em junho de 2014 em comparação a R\$206.984 em 31 de dezembro de 2013, decorrem principalmente de uma maior disponibilidade de energia liquidada na CCEE no período, associada à alta verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	4.498	6.633
Constituições (Reversões)	652	(253)
Baixas	-	(1.882)
Saldo no final do período	5.150	4.498

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	38.196	24.425
COFINS	5.283	137.392
PASEP	1.124	19.770
Outros	2.993	1.962
	47.596	183.549
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	42.017	29.380
COFINS	7.999	8.863
PASEP	1.722	1.909
	51.738	40.152
	99.334	223.701

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados em 30 de junho de 2014 foram compensados com obrigações a pagar que estão reconhecidas na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	16.699	50.986
Contribuição Social	1.696	16.900
	18.395	67.886

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/06/2014	31/12/2013
ATIVO		
Obrigações Pós-Emprego	131.772	126.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.751	1.529
Concessão onerosa	63.572	62.714
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	21.607	19.252
Outros	9.945	10.785
	253.955	246.350
PASSIVO		
Custo Atribuído	(296.432)	(307.425)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(81.186)	(80.817)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(84.537)	(84.537)
Outros	(242)	(339)
	(462.397)	(473.118)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(208.442)	(226.768)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.768)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	18.326
Saldo em 30 de junho de 2014	(208.442)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.737.799	997.210
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(930.852)	(339.051)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	8.373	4.826
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	(2.658)	27.289
Multas Indedutíveis	(105)	(2.010)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.899)	(981)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	2	1.080
Outros	197	1.027
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(926.942)	(307.820)
Imposto Corrente	(945.268)	(338.616)
Imposto Diferido	18.326	30.796
	(926.942)	(307.820)
Alíquota Efetiva	33,86%	30,87%

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.098.224	286.917
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(373.396)	(97.552)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	6.725	3.920
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.014)	13.047
Juros sobre Capital Próprio – Recebido de Investidas	-	(12.304)
Multas Indedutíveis	(8)	(2.009)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.552)	(879)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	30	1.002
Outros	103	499
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(371.112)	(94.276)
Imposto Corrente	(379.121)	(105.974)
Imposto Diferido	8.009	11.698
	(371.112)	(94.276)
Alíquota Efetiva	33,79%	32,86%

Medida Provisória nº 627/13

A Medida Provisória nº 627 tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhista	55.973	43.943
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233
Outros	5.003	4.625
	114.250	113.872
Outros		
Bloqueio Judicial	113	191
Regulatórios	1.869	1.271
Recon	110	110
Outros	385	286
	2.477	1.858
	172.700	159.673

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 das Informações Contábeis Intermediárias.

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia entregou o seu Laudo de Avaliação em 31 de julho de 2014, a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel, ainda pendente de homologação, representa uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, sendo que R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013, sendo que a diferença a ser ainda recebida pela Companhia deverá ser atualizada até a data de homologação pela Agência.

Os valores registrados correspondentes a indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até 31 de dezembro de 2012 e objetos do laudo mencionado acima, correspondem ao valor de R\$596.903 em 30 de junho de 2013.

Adicionalmente, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação descrito no parágrafo anterior. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado, considerando a adesão à Lei 12.783/13.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela ANEEL através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	596.903	533.588
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	235.799	200.586
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	43.843	44.961
	876.545	779.135
Circulante	4.582	2.254
Não Circulante	871.963	776.881

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135
Adição	37.092
Recebimentos	(2.106)
Reversão de Provisão	63.315
Transferências	(595)
Baixas	(296)
Saldo em 30 de junho de 2014	876.545

11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	30/06/2014	31/12/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	35.012	33.922
Guanhães Energia	67.428	67.428
Hidrelétrica Pipoca	27.766	25.069
Madeira Energia	663.199	642.585
Lightger	41.222	40.076
Baguari Energia	206.418	199.411
Central Eólica Praias Parajuru	61.471	61.201
Central Eólica Volta do Rio	79.272	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	60.482	60.948
Amazônia Energia	357.909	310.797
Chiplely	735.557	-
Aliança	3.320	-
SAAG Investimentos (Madeira)	610.269	-
Renova	810.129	-
	3.759.454	1.519.321

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Estes ativos estão apresentados em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros	30/06/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	4.230	-	(3.140)	-	35.012
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	3.803	-	(1.106)	-	27.766
Madeira Energia	642.585	(19.386)	40.000	-	-	663.199
Baguari Energia	199.411	6.911	-	-	96	206.418
Central Eólica Praias Parajuru	61.201	763	-	(493)	-	61.471
Central Eólica Volta do Rio	77.884	1.388	-	-	-	79.272
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	(466)	-	-	-	60.482
Lightger	40.076	1.362	-	(216)	-	41.222
Amazônia Energia	310.797	(2.035)	49.147	-	-	357.909
Chiplely	-	(4.386)	739.943	-	-	735.557
Aliança	-	-	3.320	-	-	3.320
SAAG Investimentos (Madeira)	-	-	610.269	-	-	610.269
Renova	-	-	810.129	-	-	810.129
	1.519.321	(7.816)	2.252.808	(4.955)	96	3.759.454

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	71.453	49,00	35.000	69.228
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	137.608	49,00	52.000	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	56.664	49,00	41.360	51.162
Madeira Energia	7.146.671.724	10,00	7.146.672	6.631.986	10,00	6.746.672	6.425.851
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	297.485	69,39	10	287.380
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	125.451	49,00	70.560	124.900
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	161.780	49,00	117.230	158.947
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	123.433	49,00	52.960	124.384
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	84.127	49,00	79.232	81.787
Amazônia Energia	468.225.500	74,50	468.226	480.415	74,50	427.669	417.177
Chipley	2.000	40,00	2	1.838.892	-	-	-

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a junho de 2014		Janeiro a junho de 2013	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	6.408	8.632	3.594	7.805
Guanhães Energia	137.607.800	-	-	-	189
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	2.257	6.780	-	4.231
Madeira Energia	7.146.671.724	-	(193.865)	-	(83.660)
Baguari Energia	26.157.300	-	9.973	-	8.576
EBTE	263.058.339	-	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	1.006	1.557	-	(2.863)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	2.833	-	(2.584)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	(951)	-	(4.880)
Lightger	79.232.000	441	2.779	783	4.335
TAESA	1.033.496.721	-	-	355.763	243.506
Amazônia Energia	142.643.000	-	2.733	-	(2.233)
Chipley	2.000	-	(10.965)	-	-

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de junho de 2014, R\$20.145.791 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de junho de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$2.014.579. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 30 de junho de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$470.090. O efeito proporcional na Companhia é de R\$47.009. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a Companhia e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$400.000 foram aportados no primeiro semestre de 2014 (R\$40.000 pela Companhia), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo.

Aumento de participação

No dia 06 de junho de 2014 foram transferidas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas (“Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o Fundo de Investimento em Participações Melbourne, administrado pelo Banco Modal (“FIP Melbourne”), do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da Madeira Energia S.A. (“MESA”).

O valor da Operação foi dividido em 2 parcelas, tendo sido a primeira parcela, equivalente a 81% do total do valor da Operação, no montante de R\$734.000, quitada em 06 de junho de 2014. Desse valor da 1ª parcela, R\$610.629 foram quitados pela Companhia e R\$123.371 pelos Fundos de Previdência Complementar. O pagamento da segunda parcela, previsto para ocorrer até 31 de agosto de 2014, encontra-se sujeito à subscrição de novas cotas de emissão do FIP Melbourne.

Foi também assinado, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% (sete por cento) ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT não registrou obrigações em suas demonstrações contábeis decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras

Celebração de Acordo de Investimento na Renova

A controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. celebrou em 2013 Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações da Renova, pelo valor de emissão de R\$0,016227 por ação ordinária, sendo a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT, direta ou indiretamente, no valor de R\$1.414.733, valores estes atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012 até a data do efetivo aumento de capital.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“CCVA Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação de aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova, a ser realizada direta ou indiretamente pela Cemig GT, será realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CEMIG GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.129, complementando assim o valor previsto no Acordo de Investimentos para aumento de capital da Renova, devidamente corrigido.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, estaria atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014 e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley. A subscrição e integralização do aumento de capital na Renova deverá ser concluída até o final do exercício de 2014.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética

A CEMIG GT acordou, por R\$ 145.897, a aquisição de participação de 49,9% na Retiro Baixo Energética, controladora da UHE Retiro Baixo (MG-83,7 MW), com energia assegurada de 38,5 MW médios. A fatia na hidrelétrica pertencia a Orteng Equipamentos e Sistemas e Arcadis Logos Energia. Em julho de 2014, houve a anuência do sócio remanescente, Furnas e a aprovação pelo Conselho de Administração de Defesa Econômica. A conclusão do negócio, prevista para ocorrer até o final de 2014, depende, ainda, da aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica e pelos financiadores.

12. IMOBILIZADO

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	16.472.588	(11.673.224)	4.799.364	16.471.433	(11.541.901)	4.929.532
Terrenos	375.841	(6.864)	368.977	375.841	(4.405)	371.436
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.166.862	(5.045.781)	2.121.081	7.166.760	(4.988.691)	2.178.069
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.069.637	(1.503.831)	565.806	2.068.976	(1.495.119)	573.857
Máquinas e Equipamentos	6.819.265	(5.087.609)	1.731.656	6.818.298	(5.025.349)	1.792.949
Veículos	28.814	(18.241)	10.573	29.423	(17.477)	11.946
Móveis e Utensílios	12.169	(10.898)	1.271	12.135	(10.860)	1.275
Em Curso	217.937	-	217.937	208.160	-	208.160
Ativos em Formação	217.937	-	217.937	208.160	-	208.160
Imobilizado Líquido	16.690.525	(11.673.224)	5.017.301	16.679.593	(11.541.901)	5.137.692

A taxa de depreciação média anual é de 2,89%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Capitalização/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2014
Em Serviço	4.929.532	-	4.539	(1.537)	(133.170)	4.799.364
Terrenos	371.436	-	-	-	(2.459)	368.977
Reservatórios, Barragens e Aduanas	2.178.069	-	102	-	(57.090)	2.121.081
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	573.857	-	667	-	(8.718)	565.806
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	4.218	(1.509)	(64.002)	1.731.656
Veículos	11.946	-	2	(26)	(1.349)	10.573
Móveis e Utensílios	1.275	-	83	(2)	(85)	1.271
Em Curso	208.160	14.316	(4.539)	-	-	217.937
Imobilizado Líquido	5.137.692	14.316	533	(1.537)	(133.703)	5.017.301

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

Custos de Empréstimos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no semestre.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/06/2014	31/12/2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	4,97	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50	2,48	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00	3,53	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50	3,98	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00	3,74	552.350	552.204
Depreciação acumulada			(275.845)	(256.009)
Total em operação			770.037	789.076
Em curso				
Usina de Queimado	82,50		1.645	1.626
Usina de Funil	49,00		-	205
Usina de Aimorés	49,00		-	147
Usina Igarapava	14,50		25	358
Usina Porto Estrela	33,33		-	89
Total em construção			1.670	2.425

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
	Epícares Empreendimentos e Participações LTDA	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2014, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguara (“Jaguara”), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista por um dos ministros, terminando a sessão com empate, dois votos favoráveis e dois contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT. Está prevista para 14 de agosto de 2014 a retomada do julgamento.

A liminar concedida para que a Cemig permanecesse no controle de Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo, continua vigente.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério da Minas e Energia que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei 12.783/13.

A Companhia entende que tem direito à prorrogação da concessão da usina de São Simão, cujo prazo de vencimento é janeiro de 2015, conforme cláusulas estabelecidas no contrato de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

13. INTANGÍVEIS

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	99.399	(55.659)	43.740	97.280	(51.871)	45.409
Servidão	13.467	(1.638)	11.829	13.405	(1.318)	12.087
Concessão Onerosa	34.649	(13.011)	21.638	34.649	(11.264)	23.385
Outros	51.283	(41.010)	10.273	49.226	(39.289)	9.937
Em Curso	8.232	-	8.232	7.867	-	7.867
Ativos em formação	8.232	-	8.232	7.867	-	7.867
Intangível Líquido	107.631	(55.659)	51.972	105.147	(51.871)	53.276

A taxa de amortização média anual é de 12,00%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2013	Adição	Amortização	Capitalização / Transferência	30/06/2014
Em Serviço	45.409	-	(3.787)	2.118	43.740
Servidão	12.087	-	(320)	62	11.829
Concessão Onerosa	23.385	-	(1.747)	-	21.638
Outros	9.937	-	(1.720)	2.056	10.273
Em Curso	7.867	2.421	-	2.056	8.232
Ativos em formação	7.867	2.421	-	(2.056)	8.232
Total	53.276	2.421	(3.787)	62	51.972

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	183.895	161.708
Materiais e Serviços	63.265	52.845
	247.160	214.553
Circulante	247.160	214.240
Não Circulante (*)	-	313

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS	44.027	38.441
PASEP	4.309	6.427
COFINS	19.846	29.613
INSS	3.467	4.365
ISSQN	611	1.015
Outros	5.411	4.691
	77.671	84.552
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	101.233
	178.904	185.785

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/06/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78	EURO	-	9.834	9.834	-
Dívida em Moeda Estrangeira				-	9.834	9.834	-
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	437.324	480.000	917.324	915.693
BNDÉS	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.885	84.574	92.459	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500
Nota Promissória FINEP	2015	106,85 do CDI	R\$	1.400.609	-	1.400.609	-
	2018	TJLP + 5,00 e TJLP + 8,00	R\$	4.372	10.188	14.560	13.271
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00 do CDI	R\$	7.456	442.349	449.805	449.124
Consórcio Pipoca (3)	2014	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				1.857.831	1.017.111	2.874.942	1.475.076
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.857.831	1.026.945	2.884.776	1.475.076
Debêntures							
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	62.953	62.953	59.352
Debêntures (1) – 2ª série – 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R\$	521.463	-	521.463	1.024.686
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R\$	19.065	479.920	498.985	518.318
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00	R\$	4.786	230.822	235.608	233.127
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R\$	16.573	773.205	789.778	782.247
Debêntures (1) – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R\$	28.290	500.000	528.290	-
Total de Debêntures				590.177	2.046.900	2.637.077	2.617.730
Total Geral Consolidado				2.448.008	3.073.845	5.521.853	4.092.806

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	62.953	62.953
IPCA (2)	38.206	504.728	-	-	115.341	115.402	255.198	518.159	1.547.034
CDI (3)	492.768	1.667.401	1.007.401	627.443	-	-	-	-	3.795.013
TJLP (4)	6.577	11.063	10.766	10.766	9.982	7.631	7.631	42.603	107.019
EURO	-	518	1.035	1.035	1.035	1.035	1.035	4.141	9.834
Total	537.551	2.183.710	1.019.202	639.244	126.358	124.068	263.864	627.856	5.521.853

(1) Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M

(2) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(3) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(4) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/06/2014	30/06/2013	Indexador - variação %	30/06/2014	30/06/2013
EURO	(6,56)	6,95	IGP-M	2,45	1,74
			IPCA	3,75	3,15
			CDI	4,97	3,46

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.092.806
Financiamentos Obtidos	1.918.769
Variação monetária e cambial	71.062
Encargos financeiros provisionados	171.438
Encargos Financeiros Pagos	(252.598)
Amortização de financiamentos	(479.624)
Saldo em 30 de junho de 2014	5.521.853

As captações de recursos durante o primeiro semestre de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			9.916
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	505.368
FINEP	2018	TJLP + 8,00	3.485
5ª Emissão - Nota Promissória	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Total em Moeda Nacional			1.908.853
Total de Captações			1.918.769

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, qual seja, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Emissora, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de vencimento de 3 anos a contar da data de emissão, em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Garantias

Em 30 de junho de 2014 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/06/2014
Nota Promissória e Aval	4.913.044
Recebíveis	14.560
Sem Garantia	594.249
TOTAL	5.521.853

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão, em 30 de junho de 2014, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS FINANCEIROS	Saldo em 30/06/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO Gov. Estado MG (1)	Simple não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	62.953	59.352
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 2ª série – 2ª Emissão	Simple não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	521.463	1.024.686
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 1ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	Não há	498.985	518.318
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 2ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2019	Quirografária	IPCA + 6,0%	Não há	235.608	233.127
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) 3ª série – 3ª Emissão	Simple não Conversíveis	2022	Quirografária	IPCA + 6,2%	Não há	789.778	782.247
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1) – 4ª Emissão	Simple não Conversíveis	2016	Quirografária	CDI + 0,85	Não há	528.290	-
TOTAL						2.637.077	2.617.730

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2014	31/12/2013
Reserva Global de Reversão - RGR	25.710	24.650
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.190	2.014
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.513	1.473
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.975	5.109
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	4.198	3.673
Pesquisa e Desenvolvimento	68.267	63.600
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.238	1.920
	109.091	102.439
Passivo Circulante	69.993	25.177
Passivo Não Circulante	39.098	77.262

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	13.123	14.689	418	8.971	37.201
Contribuições Pagas	(11.970)	(7.604)	(233)	(1.506)	(21.313)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	183.944	233.034	6.610	147.543	571.131
Passivo Circulante 30 de junho de 2014					33.259
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2014					537.872

Os valores registrados, no passivo circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 30/06/2014
Trabalhistas	21.047	4.060	(1.415)	(316)	23.376
Cíveis	20	-	(20)	-	-
Tributárias	13.180	3.442	-	(9)	16.613
Ambientais	860	1	(833)	-	28
Regulatórias	2	9	-	-	11
Outras	21.515	2.438	(60)	(371)	23.522
Total	56.624	9.950	(2.328)	(696)	63.550

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$72.873 (R\$59.495 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$23.376 (R\$21.047 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$32.889 (R\$49.654 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$16.613 (R\$13.180 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$3.004 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$28 (R\$860 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$22.078 (R\$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$37.249 (R\$9.952 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$1.455 foram provisionados (R\$1.517 em 31 de dezembro de 2013). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$53.875 (R\$51.578 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$125.973 (R\$104.742 em 31 de dezembro de 2013), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$54.237 (R\$51.917 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$24.298. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumentos de mérito na defesa do referido auto.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$184.983 (R\$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia

classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$118.348 (R\$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.723.766 (R\$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi

constituída, uma vez que Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$117.217 (R\$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento do Capital Social de R\$893.192 para R\$1.700.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$806.808, sendo R\$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R\$386.937 provenientes de parte da Reserva de Retenção de Lucros.

Dessa forma, em 30 de junho de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.810.857	689.390
Lucro por ação (em R\$)	0,6251	0,2380

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	727.112	192.641
Lucro por ação (em R\$)	0,2510	0,0665

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	2.554.255	2.114.984
Receita de Transmissão – com impostos	327.679	231.503
Receita de Construção (b)	37.092	43.578
Receita de Indenização da Transmissão	63.315	-
Transações com energia na CCEE (c)	2.217.236	635.447
Outras receitas operacionais	11.695	10.704
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (d)	(681.006)	(560.084)
	4.530.266	2.476.132

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.244.342	1.066.520
Receita de Transmissão – com impostos (b)	151.489	117.159
Receita de Construção (c)	23.543	25.940
Receita de Indenização da Transmissão (d)	63.315	-
Transações com energia na CCEE (e)	909.424	182.410
Outras receitas operacionais	5.485	5.984
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(330.666)	(308.352)
	2.066.932	1.089.661

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Industrial	10.148.832	8.774.507	1.535.221	1.227.335
Comercial	161.653	151.811	36.600	32.231
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	103.370	(45.717)
	10.310.485	8.926.318	1.675.191	1.213.849
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	7.135.241	7.868.075	879.064	901.135
	17.445.726	16.794.393	2.554.255	2.114.984

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Industrial	5.260.970	4.437.693	806.951	622.294
Comercial	81.921	74.957	18.691	16.003
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(1.032)	(14.396)
	5.342.891	4.512.650	824.610	623.901
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	3.245.645	3.863.103	419.732	442.619
	8.588.536	8.375.753	1.244.342	1.066.520

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

(c) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no período.

(d) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012, no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2014	30/06/2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	250.252	220.881
COFINS	283.032	195.883
PIS-PASEP	61.418	42.519
ISSQN	598	290
	595.300	459.573
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	20.031	58.663
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE / PROINFA	21.596	17.485
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17.575	9.808
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	17.633	9.808
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	8.871	4.747
	85.706	100.511
	681.006	560.084

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Tributos sobre a Receita		
ICMS	130.362	116.510
COFINS	131.962	93.834
PIS-PASEP	28.637	20.370
ISSQN	274	156
	291.235	230.870
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	9.886	58.663
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE / PROINFA	9.733	8.356
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	7.925	4.185
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	7.925	4.185
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.962	2.093
	39.431	77.482
	330.666	308.352

41

CEMIG Geração e Transmissão S.A.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal (a)	147.403	175.061
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	30.113	27.482
Obrigações Pós-Emprego	24.078	18.971
Materiais	6.694	4.394
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	125.633	51.717
Serviços de Terceiros (b)	67.266	64.602
Depreciação e Amortização	139.729	144.538
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	66.774	59.863
Provisões (Reversões) Operacionais	8.273	8.929
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	131.123	125.159
Energia Elétrica Comprada para Revenda	766.790	528.892
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	37.092	43.579
Perdas na Alienação da TBE (d)	-	94.080
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	40.532	37.535
	1.591.500	1.384.802

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Pessoal (a)	74.295	65.976
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	16.617	14.048
Obrigações Pós-Emprego	12.039	9.486
Materiais	3.788	2.327
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	88.143	8.775
Serviços de Terceiros (b)	31.648	39.860
Depreciação e Amortização	80.008	71.167
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	27.241	27.398
Provisões Operacionais	5.315	3.501
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	66.176	62.329
Energia Elétrica Comprada para Revenda	411.091	299.112
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	23.543	25.940
Perdas na Alienação da TBE (d)	-	94.080
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	24.897	19.797
	864.801	743.796

a) Despesa com pessoal	30/06/2014	30/06/2013
Remunerações e Encargos	127.928	127.872
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	9.365	8.967
Benefícios Assistenciais	14.399	14.279
	151.692	151.118
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(4.332)	(2.867)
	147.360	148.251
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	43	26.810
	147.403	175.061

a) Despesa com pessoal	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Remunerações e Encargos	65.012	66.106
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.951	4.738
Benefícios Assistenciais	7.157	6.398
	77.120	77.242
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(2.741)	(2.076)
	74.379	75.166
Provisão (Reversão) de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	(84)	(9.190)
	74.295	65.976

b) Serviços de Terceiros	30/06/2014	30/06/2013
Comunicação	2.569	2.235
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	12.674	13.746
Conservação e Limpeza de Prédios	11.461	9.231
Mão de Obra Contratada	701	2.357
Fretes e Passagens	1.867	876
Hospedagem e Alimentação	2.564	1.354
Vigilância	6.116	4.796
Consultoria	1.519	2.688
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.557	1.058
Manutenção e Conservação de Veículos	2.134	1.403
Energia Elétrica	1.092	1.354
Meio Ambiente	9.704	9.601
Limpeza de Faixas	1.669	718
Serviços de Reprografia	552	730
Serviços advocatícios e Custas Processuais	2.649	4.405
Outros	8.438	8.050
	67.266	64.602

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Comunicação	1.320	1.226
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	6.665	8.934
Conservação e Limpeza de Prédios	5.760	4.946
Mão de Obra Contratada	227	1.553
Fretes e Passagens	1.187	641
Hospedagem e Alimentação	1.390	1.097
Vigilância	3.752	3.241
Consultoria	(2.920)	1.681
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	1.181	578
Manutenção e Conservação de Veículos	1.375	760
Energia Elétrica	608	618
Meio Ambiente	4.974	5.288
Limpeza de Faixas	827	334
Serviços de Reprografia	303	490
Serviços advocatícios e Custas Processuais	827	3.812
Outros	4.172	4.661
	31.648	39.860

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	403	522
Materiais	17.209	23.341
Serviços de Terceiros	18.216	18.708
Arrendamentos e Aluguéis	-	3
Outros	1.264	1.005
	37.092	43.579

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Pessoal	112	204
Materiais	13.753	13.694
Serviços de Terceiros	9.015	11.922
Outros	663	120
	23.543	25.940

d) Perdas na Alienação da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2014	30/06/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	65.605	37.091
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	7.001	2.496
Varição Monetária	4.740	1.464
Variações Cambiais	83	19
Ajuste a Valor Presente	1.086	-
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras de JCP	-	(3.348)
Outras	4.297	8.659
	82.812	46.381
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(174.927)	(144.316)
Varição Monetária – Forluz	(13.123)	(12.185)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(71.144)	(70.244)
Variações Cambiais	(6)	(28)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(11.034)	(7.484)
Variações Monetárias	(3.031)	(2.431)
Ajuste a Valor Presente	-	(4.024)
Outras	(2.698)	(16.239)
	(275.963)	(256.951)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(193.151)	(210.570)

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	27.728	22.804
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	996	620
Varição Monetária	1.493	963
Variações Cambiais	83	17
Impostos Incidentes Sobre Receitas Financeiras	-	(3.348)
Outras	3.848	7.579
	34.148	28.635
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(90.115)	(73.267)
Varição Monetária – Forluz	(6.474)	(5.304)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.753)	(25.141)
Variações Cambiais	-	(9)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	224	(3.886)
Variações Monetárias	(1.637)	(1.249)
Ajuste a Valor Presente	(3.826)	(2.607)
Outras	(609)	(14.492)
	(129.190)	(125.955)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(95.042)	(97.320)

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	985	337	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	385.302	905.687	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	38	610	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	2.867	23.600			(1.620)	-
Operações com Energia Elétrica (2)	13.077	16.966	3.114	3.102	66.697	68.432	(17.660)	(16.924)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	4.637	13.002	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	185	530	131	132	4.995	35.204	-	-
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.390	1.436	-	-	(6.462)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.876	5.968	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Não Circulante								
Debêntures (3)	-	-	62.953	59.352	-	-	(3.601)	(3.200)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (4)	-	-	13.955	12.998	-	-	(13.123)	(12.185)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(9.365)	(8.967)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(2.517)	(2.527)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	617	590	-	-	(2.412)	(3.500)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (4)	-	-	169.989	169.793	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	16.257	15.312	-	-	(15.107)	(10.104)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	223.387	217.062	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
 (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema

Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

(3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;

(4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;

(5) Contribuições da Cemig Geração e Transmissão para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

(6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

(7) Aluguel do edifício sede.

(8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 5, 14, 16, 18, 21 e 22.

Aumento de participação em investimento

Foi transferida pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 11.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela controladora. A tabela abaixo demonstra a os custos com a Administração registrados na controladora.

	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração	4.533	4.194
Participação nos Resultados	1.288	1.911
Benefícios Pós Emprego	476	432
Benefícios Assistenciais	78	56
Total	6.375	6.593

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Concessões a Pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a 5,10%, CDI + 0,65% 0,73%, IGPM + 4,70% a 5,10% e taxa fixa entre 8,5% e 10,07%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	5.588	5.588	7.113	7.113
Equivalentes de Caixa - Aplicações	861.961	861.961	1.100.061	1.100.061
Consumidores e Revendedores	986.043	986.043	673.833	673.833
Concessionários - Transporte de Energia	31.397	31.397	29.303	29.303
Ativos Financeiros da Concessão	279.642	279.642	245.547	245.547
	2.164.631	2.164.631	2.055.857	2.055.857
Disponíveis para Venda				
Ativos Financeiros da Concessão	596.903	596.903	533.588	533.588
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	56.832	56.557	228.821	228.319
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	242.572	242.572	352.785	352.785
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	247.498	247.498	214.553	214.553
Concessões a Pagar	168.369	237.759	165.024	255.262
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.521.853	5.549.747	4.092.806	4.205.510
Dívida Pactuada com Forluz	183.944	183.944	182.791	182.791
	6.121.664	6.218.948	4.655.174	4.858.116

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio à cotação do Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	3.262	9.834	-	-
Passivo Líquido Exposto	3.262	9.834		

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Euro em relação ao Real em 30 de junho de 2015 será uma valorização de 3,65% (R\$3,125). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	(9.834)	(10.193)	(12.741)	(15.289)
Passivo Líquido Exposto	(9.834)	(10.193)	(12.741)	(15.289)
Efeito Líquido da Variação Cambial		(359)	(2.907)	(5.455)

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa (nota 3)	861.961	1.100.061
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	299.404	581.606
Fundos Vinculados	8	4
	1.161.373	1.681.671
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(3.795.013)	(1.883.635)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(107.019)	(109.576)
	(3.902.032)	(1.993.211)
Passivo Líquido Exposto	(2.740.659)	(311.540)

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 12% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2014	30 de junho 2015		
	Valor Contábil	Cenário I SELIC 12,00% TJLP 5%	Cenário SELIC 15,00% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 18,00% TJLP 7,5%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	861.961	965.396	991.255	1.017.114
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	299.404	335.332	344.315	353.297
Fundos Vinculados	8	9	9	9
	<u>1.161.373</u>	<u>1.300.737</u>	<u>1.335.579</u>	<u>1.370.420</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(3.795.013)	(4.250.415)	(4.364.265)	(4.478.115)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(107.019)	(112.370)	(113.708)	(115.045)
	<u>(3.902.032)</u>	<u>(4.362.785)</u>	<u>(4.477.973)</u>	<u>(4.593.160)</u>
Passivo Líquido Exposto		<u>(3.062.048)</u>	<u>(3.142.394)</u>	<u>(3.222.740)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(321.389)</u>	<u>(401.735)</u>	<u>(482.081)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	30/06/2014	31/12/2013
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.547.034)	(2.040.243)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	(62.953)	(59.352)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	596.903	533.588
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.013.084)</u>	<u>(1.566.007)</u>

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,97% e 3,26%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2014	30 de junho de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,97% IGP-M 3,26%	Cenário Possível IPCA 7,46% IGP-M 4,08%	Cenário Remoto IPCA 8,96% IGP-M 4,89%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 16)	(1.547.034)	(1.639.392)	(1.662.443)	(1.685.648)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGPM (nota 16)	(62.953)	(65.005)	(65.521)	(66.031)
	<u>(1.609.987)</u>	<u>(1.704.397)</u>	<u>(1.727.964)</u>	<u>(1.751.679)</u>
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	596.903	616.362	621.257	626.092
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.013.084)</u>	<u>(1.088.035)</u>	<u>(1.106.707)</u>	<u>(1.125.587)</u>
Efeito Líquido da Variação da inflação		<u>(74.951)</u>	<u>(93.623)</u>	<u>(112.503)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	247.160	-	-	-	-	247.160
Juros Sobre Capital Próprio	385.302	-	-	-	-	385.302
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.669	498.196	2.374.142	2.930.536	1.756.108	7.560.651
Concessões a pagar	1.702	5.251	13.393	60.038	145.407	225.791
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	4.053	6.112	16.844	114.746	177.692	319.447
	639.886	509.559	2.404.379	3.105.320	2.079.207	8.738.351

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 30 de junho de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.150.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5,0% e 7,0%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

4. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
5. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas, verificado anualmente no final do exercício, poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Total do Passivo	7.585.823	6.660.022
Caixa e Equivalentes de Caixa	(867.549)	(1.107.174)
Passivo Líquido	6.718.274	5.552.848
Total do Patrimônio Líquido	4.778.869	3.815.017
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,41	1,46

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/06/2014	Valor justo em 30 de junho de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	79.929	-	79.929	-
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	89.146	-	89.146	-
Letras Financeiras do Tesouro	29.403	29.403	-	-
Debêntures	39.240	-	39.240	-
Outros	4.854	-	4.854	-
	242.572	29.403	213.169	-
Ativos Financeiros da Concessão	596.903	-		596.903
Total	839.475	29.403	213.169	596.903

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 30 de junho de 2014. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 10.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 2013 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2014		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	11.242.272	1.122.420	12.364.692
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.271.784	37.092	2.308.876
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.332.466	197.800	4.530.266
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(766.790)	-	(766.790)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(130.984)	(139)	(131.123)
	(897.774)	(139)	(897.913)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(97.037)	(50.366)	(147.403)
Participação dos Empregados	(20.959)	(9.154)	(30.113)
Obrigação Pós Emprego	(16.778)	(7.300)	(24.078)
Material	(4.643)	(2.051)	(6.694)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(125.633)	-	(125.633)
Serviços de Terceiros	(50.332)	(16.934)	(67.266)
Depreciação e Amortização	(139.729)	-	(139.729)
Provisões	(5.758)	(2.515)	(8.273)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(66.774)	-	(66.774)
Custo de Construção	-	(37.092)	(37.092)
Outras	(29.421)	(11.111)	(40.532)
	(557.064)	(136.523)	(693.587)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.454.838)	(136.662)	(1.591.500)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.816)	-	(7.816)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.869.812	61.138	2.930.950
Receitas Financeiras	57.769	25.043	82.812
Despesas Financeiras	(154.085)	(121.878)	(275.963)
Resultado antes do IR e CSLL	2.773.496	(35.697)	2.737.799
Imposto de Renda e Contribuição Social	(938.994)	12.052	(926.942)
RESULTADO DO PERÍODO	1.834.502	(23.645)	1.810.857

DESCRIÇÃO	30 de junho de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.531.560	3.555.932	12.087.492
ADIÇÕES AO SEGMENTO	257.343	73.579	330.922
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.369.145	106.987	2.476.132
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(528.892)	-	(528.892)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(125.018)	(141)	(125.159)
	(653.910)	(141)	(654.051)
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(117.056)	(58.005)	(175.061)
Participação dos Empregados	(18.468)	(9.014)	(27.482)
Obrigação Pós Emprego	(12.749)	(6.222)	(18.971)
Material	(2.476)	(1.918)	(4.394)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(51.717)	-	(51.717)
Serviços de Terceiros	(50.667)	(13.935)	(64.602)
Depreciação e Amortização	(144.538)	-	(144.538)
Provisões	(6.000)	(2.929)	(8.929)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(59.863)	-	(59.863)
Custo de Construção	-	(43.579)	(43.579)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(28.386)	(9.149)	(37.535)
	(491.920)	(238.831)	(730.751)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.145.830)	(238.972)	(1.384.802)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	117.474	116.450
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.222.291	(14.511)	1.207.780
Receitas Financeiras	34.268	12.113	46.381
Despesas Financeiras	(138.793)	(118.158)	(256.951)
Resultado antes do IR e CSLL	1.117.766	(120.556)	997.210
Imposto de Renda e Contribuição Social	(390.931)	83.111	(307.820)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	726.835	(37.445)	689.390

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board-IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Renovação da concessão da usina hidrelétrica de Jaguara

Conforme descrito na nota explicativa 12 às informações contábeis intermediárias, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguara ("UHE Jaguara") teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013, a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ. A referida liminar assegura que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguara, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 10 às informações contábeis intermediárias, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$596.903 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG